

OF. DIREG 040/2020

Brasília/DF, 18 de agosto de 2020.

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

O Governo Federal editou no dia 7 de agosto a Medida Provisória 995/2020 que dispõe sobre medidas para reorganização societária e desinvestimentos da Caixa Econômica Federal e suas subsidiárias. Com isso, as subsidiárias do banco público poderão constituir outras subsidiárias, bem como poderão adquirir controle societário ou participação societária minoritária em sociedades empresariais privadas.

Para as entidades representativas dos empregados da Caixa, Centrais Sindicais e Movimentos Sociais, essa é uma forma disfarçada de privatizar o único banco 100% público do Brasil, criado há 159 anos, e que atua em mais de 5 mil municípios, prestando atendimento a mais de 100 milhões de brasileiros, inclusive em localidades ribeirinhas com suas agências-barco.

A MP 995 constitui uma manobra usada pelo Executivo para burlar a Constituição Federal e um desrespeito ao Supremo Tribunal Federal, que já se posicionou contrário a venda de estatais sem autorização do Congresso Nacional, e ao próprio Legislativo, que deve dar o crivo a operações desta natureza. A escolha de adotar uma Medida Provisória deixa clara a intenção do Governo em atuar à revelia dos outros poderes para prevalecer sua agenda privatista.

Ao contrário do que afirma o Executivo, a privatização da Caixa ou de suas subsidiárias não tornará a empresa mais eficiente. Privatizado, o banco terá comprometido o que é essencial para o Brasil: seu papel social na área de habitação, crédito imobiliário, saneamento e tantas atividades que fazem da Caixa um banco público operador das principais políticas sociais do País, como o Programa Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família, dentre outros.

A Caixa é responsável por 90% da habitação popular e 70% do financiamento imobiliário. Considerando todas as faixas de renda, o banco financia nada menos que sete em cada dez cidadãos que recorrem ao setor bancário para adquirir sua casa própria.

A oferta de crédito para operações de saneamento e infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento de estados e municípios. A Caixa tem papel essencial nessa área: R\$ 84,7 bilhões foram destinados a operações de saneamento e infraestrutura no 1º trimestre de 2020.

Nesse período de crise, é a Caixa que tem socorrido estados e municípios, que já estavam em dificuldades por conta da recessão antes da pandemia. Desde março, o banco já emprestou mais de R\$ 5 bilhões a esses entes federativos.

As principais linhas de crédito da Caixa são a Finisa, operada com recursos do próprio banco e voltada principalmente para investimentos em infraestrutura urbana, saneamento, escolas e unidades de saúde, e a linha com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para programas de saneamento, transporte, mobilidade urbana e infraestrutura habitacional.

O banco também está presente nos municípios brasileiros através de outros programas de incentivo ao turismo, crédito agrícola e apoio às pequenas e médias empresas. Ou seja, muitos dos programas geridos pela Caixa Econômica Federal garantem a destinação social dos recursos previstos na legislação e contribuem para a melhoria das condições de vida da população, reduzindo desigualdades sociais e proporcionando a geração de empregos e renda.

Todos esses investimentos públicos estão ameaçados, caso o Congresso Nacional não derrube a MP 995.

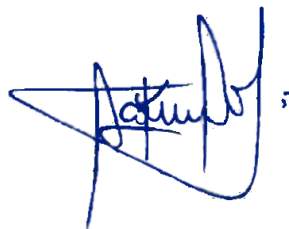
Por isso, bancários, trabalhadores de diversas categorias, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada estão mobilizados para derrubar essa medida. Lançaram um manifesto que já conta com assinatura de mais de 220 entidades.

Gostaríamos de contar com seu apoio a esse manifesto, para juntos fazermos chegar ao Congresso Nacional o clamor do povo brasileiro: Não a privatização da Caixa!

Contamos também com gestões de Vossa Excelência junto aos deputados e senadores do seu Estado, para evitar que essa e outras medidas possam comprometer o papel social da Caixa Econômica Federal.

O Brasil e o povo brasileiro precisam da Caixa pública, forte e social!

Atenciosamente,



Sérgio Hiroshi Takemoto
Presidente da Fenae